

KNOW-HOW
3000

Experience

IN DETAIL

Resistência e luta da comunidade Varzinha dos Quilombolas



HORIZONT
3000

AUSTRIAN ORGANISATION
FOR DEVELOPMENT COOPERATION

Índice

Índice.....	2
Índice de Gráficos.....	2
Lista de Abreviaturas.....	2
1. Informação Geral.....	3
2. Contexto da Experiência.....	3
3. Características principais da Experiência.....	3
4. Partes Interessadas e Atores Envolvidos na Experiência.....	4
5. Impacto da Experiência.....	4
6. Conclusões e Lições Aprendidas.....	5
7. Desafios.....	5
8. Sustentabilidade.....	5
9. Partilhando a experiência.....	5
10. Bibliografia.....	6

Índice de Gráficos

Chart 1: Localization of the Experience **Fehler! Textmarke nicht definiert.**

Lista de Abreviaturas

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPT NE II	Comissão Pastoral da Terra Nordeste II

Imprint

Experience in Detail
“Resistência da comunidade
Varzinha dos Quilombolas”

Publicado em

Vienna, Dezembro 2016

by

HORIZONT3000
www.horizont3000.at

Editado por

CPT (Comissão Pastoral da Terra) e HORIZONT3000

Com o apoio da

Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento (CAD) e as Organizações Membros de HORIZONT3000¹

Contato

Marluce Melo

uamarluce@gmail.com

Valdeni Bevenuto:

venceslaubevenuto@gmail.com

¹ DKA Austria - Agência de cooperação do Movimento de Katholische Jungschar Austria, Movimento dos Homens Católicos da Austria – KMBÖ, Movimento de Mulheres Católicas da Austria – kfbö, Caritas Austria, Seção de missão e desenvolvimento da Arquidiocese de Viena, Casa do Mundo Diocese Graz-Seckau, Irmãos e irmãs necessitados - Diocese Innsbruck, Irmãos e irmãs necessitados - Ação Católica Caríntia

1. Informação Geral

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um serviço à causa dos homens e mulheres pobres do campo brasileiro, aos quais presta apoio e assessoria na organização em vista da defesa de seus direitos e da conquista de espaços econômicos, políticos, sociais e culturais.

Neste documento, a CPT Nordeste II (CPT NE II) apresenta a experiência chamada “De Varzinha dos Paulinos à Varzinha dos Quilombolas - Resistência da comunidade Varzinha dos Quilombolas”, realizada no período de 2010 até 2015. A comunidade de Varzinha está situada na zona rural de Jabitacá, povoado que pertence ao município de Iguaraci, Sertão do Estado de Pernambuco, Brasil. Do povoado até a comunidade de Varzinha contam-se em torno de 20 km de percurso em estradas de terra. Atualmente a comunidade é formada por 34 famílias que residem na comunidade.



Gráfico 1 Localização da experiência

Por lutar em defesa do território, da sua ancestralidade e do seu modo de vida, a comunidade de Varzinha vem quebrando as cercas da injustiça, da violência e da exploração secular. Em reconhecimento à luta das famílias, o município de Iguaraci criou o dia da comunidade quilombola, celebrado no dia 6 de junho, dia do nascimento da matriarca da comunidade. Por esses fatores, a partilha da experiência dos quilombos de Varzinha pode ser relevante para outras organizações que atuam no contexto da luta pela terra.

2. Contexto da Experiência

A sujeição de pequenos agricultores ao proprietário da terra no sertão pernambucano vem desde a época colonial e continua em algumas fazendas até os dias atuais. No

regime de sujeição, as famílias plantavam onde o proprietário permitia, e não podiam reformar as suas casas nem construir habitações próximas às suas residências para os filhos e filhas que formavam novas famílias. 50% de tudo o que era produzido tinha que ser repassado ao proprietário, como forma de pagamento pelo uso da terra. Durante todo esse tempo, as famílias conviveram de maneira subserviente com os antigos proprietários. Em 2010, um grupo resolveu comunicar ao proprietário que não iria mais produzir para ele e a partir daí começaram as ameaças de morte e os processos judiciais para a expulsão das famílias que vivem e trabalham nas terras desde 1888.

Dessa forma, a experiência parte da história do povo quilombola de Varzinha e da organização de espaço nessa região. A formação deste espaço remete ao período colonial e está associado à resistência das comunidades, especialmente no final do século XIX, através de seus traços culturais, suas relações coletivas e seus meios de combate à opressão sofrida. A experiência surgiu de uma trajetória de parceria entre a comunidade e a CPT, que se empenham pela efetivação dos direitos historicamente negados aos membros da comunidade quilombola, como o direito à propriedade das suas terras, consagrado pela Constituição Federal de 1988.

Mas a luta não se deu apenas pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da terra ocupada pelas famílias. A luta se deu também pela defesa de uma identidade coletiva que está associada à posse da terra e a reconquista do seu território, da sua dignidade e liberdade. Para isso, foram realizadas conjuntamente uma série de oficinas, mobilizações, articulações, entrevistas, coversas e pesquisas para reavivar a memória da comunidade.

3. Características principais da Experiência

O objetivo principal da experiência é defender os direitos constitucionais da comunidade quilombola Varzinha, reivindicando o seu território, e efetivar as políticas públicas.

A experiência se deu através da ação de investigação, educação, formação e trabalho social que permitiu o resgate da história da comunidade, contribuindo para a liberdade das famílias. A comunidade quilombola Varzinha se encontrava em um cenário de pobreza e baixa autoestima. Precisava ter a sua memória “reavivada” e também a sua diversidade natural, sua riqueza cultural e o saber herdado dos seus antepassados. Para isso, se fez necessário criar uma metodologia que garantisse a participação das famílias, através de um diálogo reflexivo e crítico.

Como procedimento metodológico para o levantamento de informações, a CPT utilizou o diagnóstico participativo. Desta forma, as famílias são as principais responsáveis pelas informações. Foi a partir deste procedimento que a CPT começou a compreender melhor a situação da comunidade para depois poder identificar os problemas, os obstáculos e as demandas. Com isso, se podia pensar coletivamente nos temas e ações que deveriam ser priorizadas, e a tomada de consciência por parte da comunidade sobre a sua própria história foi possibilitada. A dinâmica da “linha do tempo” ajudava na investigação e permitia às famílias obter informações importantes no que diz respeito aos diferentes aspectos de sua história, que muitas vezes eram deixados para trás. Também, o “mapa falado” trazia elementos da história que ajudavam a compreender o local, o lugar onde produziam e reproduziam sua vida social, reconstruindo seu cotidiano.

Um fator importante nestas atividades realizadas junto à comunidade foi a participação tanto dos mais antigos quanto dos mais jovens e crianças e das mulheres, participando nos processos de tomada de decisões, nas reflexões sobre as relações de poder e sobre a organização interna, e criando espaços coletivos como a Associação.

4. Partes Interessadas e Atores Envolvidos na Experiência

Os principais beneficiários da experiência são as famílias da comunidade Varzinha dos Quilombos, como também outras comunidades quilombolas da região que se encontram em situação similar.

Quanto aos grupos e atores envolvidos na realização da experiência, se destaca a própria comunidade Varzinha, a Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas e a CPT.

Além disso, estão envolvidas as instituições do estado: Ministério Público Estadual, juíza estadual da comarca Afogados da Ingazeira, Ministério Público e Justiça Federal de Serra Talhada, Tribunal Federal de Recife, Secretaria de Direitos Humanos de Pernambuco e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Por parte da CPT, estavam envolvidos na implementação dois educadores da equipe de Sertão do Pajeú, dois assessores da equipe do secretariado de Recife e um advogado.

5. Impacto da Experiência

Com os conhecimentos adquiridos através do resgate histórico e o desenvolvimento de várias ações pedagógicas, a comunidade começou a compreender que sua história tem um significado importante para a aceitação e valorização da própria pertinência e identidade, como também para a compreensão da organização do espaço na região, da estrutura fundiária e das relações entre homem/mulher e a terra. Hoje, os membros da comunidade já se afirmam enquanto negros e negras quilombolas, sem medo de estarem expostos aos estereótipos e se reconhecem pertencentes a uma etnia de pessoas que lutam pelos mesmos ideais.

Com base nisso, a certificação da comunidade como comunidade quilombola foi conseguida. A partir da emissão do Certificado de Comunidade Quilombola, iniciou-se o processo de demarcação do território. Por se tratar de uma comunidade tradicional, os processos judiciais passam para a competência da Justiça Federal, onde há menos influência dos proprietários da região. As famílias acessam os programas do Governo Federal (cesta básicas, cisternas, eletricidade, entre outros) e a juventude está resgatando a história e as danças dos antepassados.

O depoimento de Dona Antonia, uma das moradoras da comunidade, explicita os

impactos que a experiência teve na vida dela e da comunidade: “Eu olho para ali e vejo mamão, acerola, maracujá. Vou ali e já encontro alface. Sempre tenho algo para a família sem ter que dividir metade com o patrão, graças a Deus. Só falta o que? A nossa liberdade. O meu sonho é ter liberdade e receber nossas terras em nossas mãos. Nós não nascemos aqui, mas o meu marido nasceu aqui e ele diz assim: ‘nós nascemos aqui e nós permaneceremos até o fim!’ Nosso sonho é esse: permanecer aqui, meus filhos, meus netos e bisnetos, e daqui não sair. Antes essa terra era Varzinha dos Paulinos e hoje é Varzinha dos Quilombolas, isso graças a Deus!”

A realização da experiência contribuiu também para a diminuição da desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, na medida em que foi um forte instrumento mobilizador e de incidência política para a garantia do direito ao território tradicional, bem como de políticas públicas para as mulheres, jovens, idosos.

6. Conclusões e Lições Aprendidas

As conclusões e lições aprendidas da experiência podem ser vistas através deste depoimento de Joaquim Manoel Ferreira da Silva, liderança quilombola na comunidade: “Nossa liberdade vem aos poucos. Nossa terra ainda não está demarcada, mas estamos no caminho. Não vamos desistir porque sabemos que eles, os patrões, cada dia que passa, tem mais raiva da gente aqui e que o conflito é muito grande. Com a nossa organização perdemos o medo, conhecemos nossos direitos e agora sabemos andar pelos fóruns e tribunais. Nessa luta, o mais importante é que estamos conseguindo a terra e a nossa história vai ficar escrita nos papéis. A sistematização de nossa luta é muito importante e envolveu a juventude que não conhecia bem a história de nossos ancestrais. É a memória do povo quilombola.”

7. Desafios

Como desafios encontrados ao aplicar a experiência, destaca-se o medo da violência dos proprietários e de seus capangas, a influência dos proprietários aos poderes locais

(prefeitura, vereadores e juizes) e a falta de conhecimento sobre os próprios direitos entre a comunidade.

Estes desafios foram enfrentados com denúncias nacionais e internacionais sobre as violações de direitos sofridas pelas famílias, a inclusão dos ameaçados de morte no programa governamental de Proteção de Defensores de Direitos Humanos; a presença da CPT na comunidade através de visitas frequentes, inclusive no período de registro das ameaças; acompanhamento do processo jurídico por um advogado da CPT.

Entre os desafios remanescentes se encontra a morosidade do INCRA no processo de demarcação do território, além dos cortes no orçamento governamental para este tipo de atuação.

8. Sustentabilidade

É importante tomar medidas que visem à sustentabilidade institucional, social e econômica. Isso só acontecerá a partir da unificação de um conjunto de forças (ideias, recursos, relações, parcerias) que manterão viva e renovada a prática. O envolvimento da comunidade em ações de elaboração, execução e realização de atividades periódicas com o objetivo de refletir sobre as dificuldades e as conquistas é um passo essencial para garantir esta sustentabilidade.

A criação de estratégias para mobilizar recursos e parcerias e a consolidação de redes e de espaços de articulação, serão alternativas importantes para ajudar na movimentação e angariação de recursos. Também é crucial dar atenção às políticas públicas e programas municipais, estaduais e federais a fim de que contribuam para o bom andamento das ações. Neste percurso, tem que ter em consideração as formas de comunicação e divulgação das ações, pois a partir delas pode-se levar-as ao conhecimento dos parceiros, às lideranças e à comunidade local.

9. Partilhando a experiência

Para que a prática possa ser reproduzida, qualquer ação feita deve dar voz às famílias e envolver a própria comunidade. Deste modo,

confere-se legitimidade às ações pretendidas e, mais do que isso, é uma forma de apoiar e contribuir para o desenvolvimento social, político e económico das comunidades tradicionais.

A experiência pode ser interessante para comunidades tradicionais de todo o país, em especial para os quilombolas. A partilha desta experiência também é relevante para organizações sociais que trabalham com estas comunidades.

10. Bibliografia

CPT. (s.d.). *Comissão Pastoral da Terra*. Acesso em Outubro de 2015, disponível em <http://www.cptnacional.org.br/>

CPT NE II. (s.d.). *Comissão Pastoral da Terra Nordeste II*. Acesso em Outubro de 2015, disponível em <http://www.cptne2.org.br/>

INCRA. (s.d.). *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*. Acesso em Dezembro de 2015, disponível em <http://www.incra.gov.br/>